

**V Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
23 a 25 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de Trabalho:

OS CONHECIMENTOS DE POLÍTICA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA DO
ENSINO MÉDIO: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS

Título do trabalho:

PODER, POLÍTICA E ESTRANHAMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE A
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS

Jefferson Evanio da Silva
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Poder, política e estranhamento: uma reflexão sobre a construção social da (des) politização dos jovens

Jefferson Evânio¹

Resumo

Esta proposta tem por objetivos discutir sobre três questões que se articulam diretamente. Primeiro, que significa dizer que os jovens expressam certo estranhamento com relação aos significados de poder e política? Segundo, em que medida este fato pode ser problematizado como uma construção social? E, finalmente, quais as possíveis contribuições do ensino de sociologia no nível médio no encurtamento da distância e desnaturalização do estranhamento dos jovens com relação à política? Partindo da noção do "estrangeiro", exposta na obra de Alfred Schutz, como aquele que não compartilha do mesmo padrão cultural de um outro campo ou grupo, parte-se do princípio de que o campo da política, no contexto da história brasileira se construiu sob a égide da exclusão da participação popular, o que convergiu para um estranhamento dos jovens com relação à política e poder. Tais conceitos são, grosso modo, descontextualizados da realidade cotidiana dos jovens, não integram o conjunto de códigos concebidos como relevantes para sua organização e representação da realidade social. Ressalta-se o papel dos meios de comunicação em massana construção social do julgamento, na (des) politização dos jovens. Conclui-se que o ensino de sociologia no nível médio pode contribuir para o encurtamento da distância entre os jovens e a política, partindo da crítica a suposta neutralidade dos meios de comunicação e na contextualização histórico/sociológica dessa questão.

Palavras-chave: política, poder, jovens, história, mídia televisiva

Abstract

This proposal aims to discuss three issues that are directly articulated. First, what does it mean to say that young people express some estrangement from the meanings of power and politics? Second, to what extent can this fact be problematized as a social construction? And finally, what are the possible contributions of sociology teaching at the middle level in the shortening of distance and denaturalization of the strangeness of young people in relation to politics? It is based on the notion of the "foreigner", exposed in the work of Alfred Schutz, as one who does not share the same cultural pattern of another field or group, it is assumed that the field of politics, in the context of Brazilian history Youths in relation to politics and power. These concepts are roughly decontextualized from the daily reality of young people, do not form part of the set of codes conceived as relevant to their organization and representation of the social reality. We emphasize the role of the mass media in the social construction of the judgment, in the (des) politicization of the young people. It is concluded that the teaching of sociology in the middle level can contribute to the shortening of the distance between Young people and politics,

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ e professor da educação básica na cidade de Agrestina – Pernambuco.

based on the criticism of the supposed neutrality of the media and on the historical / sociological contextualization of this question.

Keywords: politics, power, youth, history, television media

I Introdução

Nas últimas décadas, no Brasil e no exterior uma vasta literatura tem se dedicado à reflexão em torno da relação entre as juventudes e a política. A questão fundamental que vem guiando os trabalhos parece ser um esforço em refletir sobre se os jovens são ou não politizados (CARRERO, 2012; MAYORGA, 2013, MAYA, *Et al*, 2011).

Uma questão que parece estar ausente nas pesquisas é o enquadramento do problema da relação entre as juventudes e a política numa perspectiva discursiva, tomando não apenas como referência os dados levantados pelas pesquisas quantitativas e qualitativas, mas considerando por objeto de investigação o processo mesmo de construção do sentido daquilo que significam categorias como politização e despolitização. Por outro lado, geralmente não se tem conferido uma atenção especial à contextualização da questão do estranhamento das juventudes quanto aos significados de poder e política a partir de sua construção histórica. Neste trabalho tentaremos defender que a construção social da (des) politização dos jovens possui, por assim dizer, um caráter objetivo e outro subjetivo.

Nossa hipótese é a de que objetivamente o processo de ascensão das juventudes à condição de atores sociais acompanhou à resistência das forças históricas que a ela se opuseram. A exclusão de parcela significativa da sociedade civil e, em grande medida, da sua parcela mais jovem, dos processos decisórios na história política do Brasil, constitui, por assim dizer, uma condição objetiva desse estranhamento que nutrem os sujeitos quanto às instituições, e, de modo geral, à institucionalidade do poder. Simultaneamente, o campo da política, em vários períodos históricos manteve a uma distância segura toda forma de linguagem e de atores estranhos à sua composição histórica. Edificou-se, pois, como um discurso hegemônico cuja pretensão foi suplantando o espaço de uma diferença.

Tomando a noção do *estrangeiro* exposta na obra de Alfred Schutz (2010; 1979) num sentido metafórico, pretende-se defender que as juventudes foram

colocadas em situação análoga com relação ao *padrão cultural* do qual se retirou a noção hegemônica de concepção da governabilidade: o poder como um estatuto objetivo, objeto de posse exclusiva das classes dirigentes do país, e a política considerada exclusivamente como o conjunto de processos mediante os quais se exerce o poder.

Do ponto de vista discursivo, a politização e/ou despolitização dos jovens são categorias gestadas a partir daquilo que Laclau (2015) denominou de “ processos de formação hegemônica do consenso”. No jogo da construção do significado, os jogadores partem, a rigor, de certos parâmetros de fixação, consideradas formas legítimas e representativas do envolvimento dos sujeitos com a política. No centro desse processo se situa o caráter polissêmico de conceitos como cidadania e participação e a discussão mais geral acerca da relação sujeito\estrutura.

Posteriormente, tentamos refletir a questão da (des) politização dos jovens considerando-a uma construção social. Está imbricada a um processo histórico mais amplo de construção do campo da política no Brasil. A politização ou despolitização são categorias que se fundam a partir do alinhamento ou não, do comportamento dos sujeitos à certas concepções de participação e engajamento. São também categorias discursivas. Resultam de um processo de luta pela construção do significado e pela formação hegemônica do consenso. A identidade política dos sujeitos pressupõe, desse modo, sempre o espaço de uma diferença. Processo similar se dá, também, com a sociedade de modo geral.

Numa discussão que tenta transitar entre a teoria crítica e a perspectiva pós-estruturalista, este trabalho pretende lançar luz a uma outra questão importante: o papel dos meios de comunicação na experiência cognitiva dos jovens com a política. Atuam esses meios no sentido de reificar o significado de poder e política como elementos estranhos à realidade da vida cotidiana das juventudes? É possível desvincular o aspecto ideológico do discurso midiático? E, por extensão, qual seria, pois, um discurso de mediação necessária, dotado das ferramentas teóricas e metodológicas mais adequadas ao desafio de tornar inteligíveis as íntimas conexões entre o discurso midiático, a construção da verdade e o poder? Na mesma direção, como refletir a relação das juventudes com a política sem fazer eco a reducionismos explicativos que não atribuem a devida importância à dimensão simbólica e à historicidade dos fenômenos sociais?

Finalmente, na última seção se discute brevemente o papel da Sociologia como discurso mediador dotado das ferramentas teóricas e metodológicas mais adequadas para a realização da crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação e na contextualização histórico\sociológica da relação juventudes\política.

II POLÍTICA, JUVENTUDES E ESTRANHAMENTO

“Estranhamento e familiaridade não são limitadas ao campo social, mas são categorias gerais de nossa interpretação do mundo”
Alfred Schutz

Se levarmos em consideração o número de teses, dissertações e artigos que têm por objeto de estudo a condição social das juventudes no Brasil, é possível dizer que estamos diante de um *campo* num sentido muito similar àquele sugerido por Pierre Bourdieu. Ocupando um lugar até certo ponto incipiente, se levarmos em consideração os dados estatísticos² mais recentes, se encontram as pesquisas que aceitaram o desafio de tornar inteligíveis as relações entre os jovens e a política. Sociólogos e cientistas políticos têm se dedicado à tentativa de enunciar, e, portanto, criar os consensos acerca do significado da relação juventudes\política, com todos os desafios metodológicos que essa tarefa implica.

Segundo Mayorga (2013) os estudos podem ser divididos em dois grupos: no primeiro estão aqueles que ressaltam o estranhamento (“apatia”) dos jovens com relação às formas tradicionais, e, portanto, consideradas legítimas de participação política (MENDEZ, 1998; WELTI, 2002apud MAYORGA, 2013); no segundo, se reúnem os que defendem uma capacidade de ressignificação das formas de

² Sobre um panorama parcial dos estudos realizados no Brasil sobre essa temática, reunindo teses e dissertações, pode -se ler o trabalho de Sposito in: **O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Neste estudo verificou-se que os temas: participação e cultura política ocupam um espaço relativamente incipiente nas pesquisas das três áreas tomadas como referência para o estudo: a Educação, o Serviço social e as Ciências Sociais. Além de destacar para o fato de que no campo das Ciências Sociais a Antropologia tem conferido maior ênfase às juventudes como objeto de pesquisa, verifica-se que as Ciências Sociais, comparadas com os outros dois campos tomados como referência para o levantamento, têm se destacado pelo menos no critério participação e cultura política. Do total dos 1427 estudos, entre teses e dissertações produzidas entre os anos de 1999 – 2006 em Universidades públicas brasileiras levantadas pelo estudo, constatou-se que na área da Educação 3,5% dos trabalhos tiveram por objeto o tema participação e cultura política, na área do Serviço social 3,47% e nas Ciências Sociais 7,37%. Destaca-se ainda a predominância do tema geral juventudes nos estudos da área da educação, o que representa 971 pesquisas no quadro geral das 1427 levantadas.

engajamento, como típica ao universo cultural das juventudes, destacando suas novas formas de atuação, a redefinição da concepção de cidadania e suas intersecções com as maneiras convencionais de engajamento (MAHEIRIE 2002; FERREIRA, 2005; CASTRO, 2008; LIMA, 2012). A tese da apatia política não é recente, tão pouco é dirigida exclusivamente à parcela jovem das sociedades democráticas ocidentais. “O cidadão não educado” para a cidadania, para empregarmos expressão de Norberto Bobio (1986) ou o “analfabetismo político” é encarado, na maioria das vezes, como um perigo ao *futuro da democracia*.

Para Mayorga (2013), a adesão à dualidade explicativa traz diversos problemas à tentativa de tornar inteligível a relação juventudes\política, uma vez que dificulta o entendimento acerca dos *processos* e da *complexidade* que envolvem a questão. A autora centraliza o problema do próprio método utilizado nas pesquisas empíricas constatando que os estudos de caráter quantitativo têm sido predominantes e assumido um status privilegiado. Faltaria a esses estudos uma definição mais clara do conceito de política, uma atenção maior quanto à especificidade das juventudes e de seus contextos – sociais, culturais, geográficos, etc -, e a necessária proximidade entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Pode-se dizer que a definição do método e seu uso pode assumir implicações diretas no processo que busca aferir o grau de “politização” dos jovens. Posto que, ao atribuir a variáveis como: evolução da adesão à filiação partidária entre o público jovem e participação nas eleições diretas por meio do voto, em séries históricas, a pesquisa termina por reificar um sentido particular da concepção do processo de institucionalização democrática. Neste aspecto, pesquisas realizadas no Brasil e no exterior³ vem apresentando dados que, em grande medida, e talvez inconscientemente, reforçam o discurso da despolitização juvenil, na medida em que suas variáveis estão em plena conformidade com os valores e significados de

³Em pesquisa de 2014 realizada pela Universidade de Coimbra que avaliou a questão do voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu e, em especial, o contexto da participação política das juventudes em Portugal, verificou-se o “baixo” grau de ação política das juventudes relacionado aos altos índices de abstenção nas eleições. Ver MARIA & ALICE in: **O voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu**. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316.2/33976>> Acesso em 04 de Julho de 2017. Pesquisas mais recentes, tomando como referência os dados do TSE e de trabalhos internacionais, com pretensões comparativas, têm apresentado resultados similares; ver WILHELM IN: **A filiação partidária no Brasil: uma análise exploratória a partir dos dados do TSE e do WVS**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Bruno_Speck/publication/261365336_A_filiacao_partidaria_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_a_partir_de_dados_do_TSE_e_do_WV_S/links/02e7e534140e44de18000000.pdf> Acesso em 30 de Junho de 2017.

participação com os quais se identificam os críticos da suposta apatia e idiotia⁴ política dos jovens. Embora não possamos, com efeito, atribuir aos autores dos trabalhos esta assertiva, é lícito, no entanto, ponderar que o material produzido vem sendo utilizado pelos apologistas da despolitização juvenil como material comprobatório do “grau” e medida de seu “engajamento político”.

Nos propomos a repensar o fio condutor dessa questão tomando como aporte teórico as noções de processos de “formação hegemônica dos consensos” e *articulação* conforme Laclau (2015) e de formação das identidades políticas, conforme definido por Chantal Mouffe (2015). E a noção de *estrangeiro* exposta por Schutz (2010). Antes, talvez seja necessário de antemão, negar qualquer dissociação entre as esferas da cultura e da política, e centralizar o problema da construção do significado e do discurso como elementos fundamentais para nosso estudo.

Cultura, no sentido atribuído por Fairclough (Apud HOFFNAGEL, 2005, p.223) refere aos “sistemas significantes constituídos como uma articulação de representações, valores e identidades”. Em nossa opinião, a compreensão das relações entre as juventudes e a política deve pressupor a negação de qualquer dissociação entre as esferas da cultura e da política. Uma vez que a articulação de “representações, valores e identidades” se realiza, via de regra, mediante o signo do antagonismo e da hegemonia.

Neste sentido, Fernández (2005, Et al) seguindo o raciocínio de Raimond Williams sugeriu que

La cultura no es una esfera separada, sino una dimensión de todas las instituciones, económicas, sociales y políticas. La cultura es una serie de prácticas que constituyen significados, valores y subjetividades. La cultura incluye, un proceso colectivo e incesante de significados que dan forma social a la experiencia y configuran relaciones sociales (FERNANDEZ, 2005, *Et al*, p.55)

Outro fator importante, é admitirmos a dimensão da linguagem como constitutiva da realidade social. Neste aspecto, Alice Cassimiro Lopes & Elizabeth Macedo (2011) consideraram a linguagem não apenas como o instrumento pelo qual

⁴ O termo de origem grega *Idiota* era empregado para designar aquele que não manifestava interesse pela vida política nas cidades – estado da Grécia antiga. O conceito de política, tal como aparece na maioria dos livros didáticos de sociologia remete para esse lugar de origem. Política vem do grego *polis*, ou cidade. Na *Ágora* se davam os debates sobre os destinos da vida na *polis*, com a participação dos cidadãos e a exclusão de mulheres, escravos e **estrangeiros**.

nomeamos as coisas - não apenas um mecanismo de objetivação do mundo da vida, conforme a concepção fenomenológica de Berger & Luckmann (1985) - mas o meio mediante o qual “se cria aquilo de que se fala”. Outra contribuição fundamental neste aspecto se refere à extensão da noção de discurso realizada por Jacques Derrida. Para o autor, nenhum significado pode existir “fora de um sistema de diferenças” (DERRIDA, apud BARRÈTT, et al, 1996, p. 250).

Questão primordial também seria interpretar este problema à luz da concepção daquilo que Laclau e Chantal Mouffe (2015) denominaram de “formações hegemônicas”, categoria que pressupõe o conceito chave de *articulação* para que se possa falar, com efeito, de hegemonia. Para Laclau (2015, p. 219) “a hegemonia é um tipo de relação política”, não pode ser considerada como o único centro norteador de construção da realidade social, tão pouco associada exclusivamente à noção de classe social. Segundo Michele Barrett (et al, 1996) a adesão ao projeto do pós-estruturalismo e à filiação do modelo teórico laclauniano a conceitos centrais da psicanálise lacaniana e da filosofia derridiana, possibilitou ao autor redimensionar a questão das ideologias e da luta pela hegemonia para além da noção de classe social, superando assim tanto a ortodoxia do marxismo reducionista, quanto a rigidez desse problema que persistiu na obra de Gramsci.

A noção de *articulação* é expressa no caso que nos ocupa pela existência da relação entre os projetos políticos e o antagonismo das identidades políticas. Por um lado, a representação de uma suposta apatia política dos jovens está assentada, por assim dizer, num projeto político e em seus quadros referenciais considerados legítimos, construídos de forma hegemônica a partir de uma certa concepção de participação. Uma vez que este projeto político não goza da exclusividade do significado, tão pouco é capaz de suplantar o espaço das diferenças, ele se relaciona de modo antagonístico com outro projeto que compreende, por sua vez, a questão do engajamento a partir de outros termos. Estrutura e ressignificação, condicionamento e agência são polarizações que também compõem a atmosfera deste processo.

As identidades políticas, uma vez que não estão dadas, mas são, como sugeriu Laclau, “politicamente construídas”, se constroem de modo articulatório e exigem, a rigor, a existência daquilo de Derrida denominava *differença*, isto é, uma “exterioridade constitutiva”. O politizado só existe em função daquilo que não é. O

despolitizado é o Outro e ao mesmo tempo, a sua falta, aquilo que lhe constitui. Como sublinhou Chantal Mouffe (2015) a distinção nós/eles é condição *sine qua non* de formação das identidades políticas.

Centralizar o *político* como momento privilegiado de construção da realidade social pode nos ajudar a por um lado escapar ao reducionismo explicativo, e por outro, a refletir em torno dos processos de “formação hegemônica”. Tal perspectiva seria útil ainda, na medida em que nos permitiria problematizar a questão da oposição entre os discursos (politização x despolitização) e a construção de seus consensos levando em consideração o fato de que “toda forma de consenso é o resultado de uma articulação hegemônica a qual sempre tem um exterior que impede sua plena realização” (LACLAU, 2015, p. 46).

Neste sentido, a questão acerca do que significa dizer que os jovens expressam certo estranhamento com relação aos significados de poder e política, deveria ser precedida não apenas por uma definição mais clara dos conceitos de poder e política conforme reconheceu Mayorga (2013). Mas acrescida por problemas de outra ordem. A idealização do estranhamento dos jovens não seria, a priori, resultante de um estratagema discursivo? Dedicado a consolidar um sentido na contramão da marginalização de uma *diferença*, isto é, de uma exterioridade? Por outro lado, o discurso oposto não realiza, por assim dizer, uma ação análoga, só que na direção contrária?

A “politização” ou “despolitização” de um sujeito depende de qual sistema de valores, projeto político e concepção de cidadania se estabelecem como quadro de referência a partir do qual se projetam e idealizam as identidades políticas. Por outro lado, a produção dos significados se dá no interior da “sociedade”, de um processo histórico, e na tensão entre as hierarquias sociais que almejam a hegemonia de seus ideais e representações do mundo. Assim, a definição de sociedade e/ou da “impossibilidade da sociedade” como sublinhado por Laclau (1987), torna-se uma questão fundamental. Esta impossibilidade da sociedade se justifica pela “abertura do social” dada a impossibilidade de fixação de um significado fixo e definitivo.

A realidade social, neste caso, não é interpretada como um *fato social* num sentido durkheimiano. Tão pouco é concebida como simples resultado de uma espécie de contemplação criativa, possível graças à subjetividade dos atores

sociais. Embora toda estrutura social possa ser traduzida, conforme sugeriu Roger Chartier (apud DOSSE,2001) como uma *representação* da mentalidade coletiva, sem a qual não existiria em si mesma, nem por isso a sociedade deixa de exercer essa *presença* na consciência individual, mediante a qual, como lembrava Adorno (2008) impõe seus limites, regras e constrangimentos às ações individuais. Neste caso, Berger & Luckmann (1985, p. 87) propunham dialeticamente que “a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social”.

Consequentemente, considerar a relação entre as juventudes e a política a partir de uma perspectiva discursiva pressupõe, peremptoriamente, a necessidade de concebermos a realidade social como “espaço aberto” (Laclau) mediada pela linguagem (Derrida) caracterizada por condições materiais objetivas imbricada numa experiência histórica contingente.

Segundo Alice Cassimiro & Elizabete Macedo (2011, p.253)

A sociedade como um todo estruturado e fixo, pré-discursivo ou extradiscursivo, não existe, pois sempre há um excesso de sentido a ser simbolizado, algo do que não se consegue dar conta, jogos de linguagem que podem produzir novas significações contingentes. Toda e qualquer representação provisória da sociedade ou de qualquer outro fenômeno social é sempre apenas uma parte limitada da possibilidade de significação.

Outra contribuição interessante, neste aspecto, nos foi consignada pelo sociólogo e filósofo weberiano Alfred Schutz (1979; 2010). Schutz considerou que a sociedade é composta por vários níveis de realidade. Cunhou o termo *províncias de significado* para dar conta dessa multiplicidade de lugares produtores de sentido, campos em torno dos quais se reúnem membros que compartilham códigos, valores e identidades. Províncias que reclamam a exclusividade de sua linguagem, intransferíveis e ininteligíveis a qualquer exterioridade. Na particularidade dos *padrões culturais* que formam as sociedades é que se gesta o *estrangeiro*, entendido como o indivíduo estranho à tradição histórica de um *padrão cultural* diferente daquele de sua origem.

Na visão do *estrangeiro*:

O padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas, e isto, se por nenhuma outra razão, pelo menos porque ele não compartilha da forte tradição histórica pela qual este tem sido formado. Certamente, do ponto de vista do estrangeiro, também a cultura do grupo aproximado tem sua história peculiar, e esta história é até mesmo

acessível a ele. Porém ela nunca se tornou uma parte integrante de sua biografia, como foi a história de seu grupo de origem. (...) O estrangeiro, portanto, se aproxima do outro grupo como um recém- chegado no verdadeiro significado do termo. Quando muito, ele pode estar disposto e apto a compartilhar o presente e o futuro com o grupo aproximado, em intensa e imediata experiência; sob todas as circunstâncias, entretanto, ele permanece excluído de tais experiências deste passado. Vendo do ponto de vista do grupo aproximado, ele é um homem sem história (SCHUTZ, 2010, p.122)

Para evitar um hibridismo teórico talvez excessivo de nossa análise, tomamos aqui a noção do *estrangeiro* estritamente num sentido metafórico, para designar o fato de que o campo da política se constituiu, na história brasileira, a partir de uma prática discursiva hegemônica com a pretensão de esgotar o espaço da diferença. O campo da política se constituiu, pois, a partir de um processo histórico de exclusão dos *estrangeiros* (*indígenas, escravos, negros, mulheres, minorias sociais, juventudes*). Ademais, “os estranhos têm de ser impedidos de entrar” ao passo que os “íntimos, mantidos dentro” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 120 -1).

Os problemas levantados pela análise de Schutz nos ajudam, também, a compreender a questão do estranhamento como um problema de posicionamento dos atores sociais dentro de campos específicos. Desse modo, nossa hipótese é de que o campo da política na história brasileira manteve às margens dos processos decisórios toda uma gama de sujeitos, dentre os quais se destacam as juventudes. Ao mesmo tempo, o conceito de províncias do significado nos ajuda a desmistificar a ilusória representação das juventudes como uma condição homogênea e universal. Uma vez que os jovens estão organizados em várias *províncias do significado* dotadas de linguagens próprias, costumes enraizados e posições particulares relacionadas a questões como gênero, raça, etnia, capital cultural e político, condição econômica, fator geográfico, etc.

Do ponto de vista histórico, o *campo* da governabilidade na história brasileira foi se construindo em todos os seus períodos, como uma *Província* com P maiúsculo, alheia à sociedade civil e aos atores sociais que lhe tornam possível. Segundo Galvão (2017) durante muito tempo se insistiu no despreparo da sociedade brasileira para a participação, embora isto não tenha significado impedimento para a mobilização social com vistas à transformação da “sociedade” em vários momentos importantes de nossa história. Embora reprimidos pela violência institucionalizada, os atores nunca deixaram de agir no sentido da ressignificação das estruturas de poder.

Na década de 1950, Florestan Fernandes (1954) sublinhava esse hiato entre o Estado e a sociedade, separados por uma barreira histórica de exclusão e estranhamento.

No decorrer de 65 anos de política republicana, as camadas sociais que se achavam afastadas do exercício direto do poder, não tiveram oportunidades para compreender que as ações do Governo interessam a todos os cidadãos, afetando-os diretamente em seus interesses e segurança ou indiretamente, por empenharem de um modo ou de outro o próprio futuro da Nação, como uma comunidade política. Isso ocorreu principalmente, porque na antiga ordem senhorial e escravocrata um amplo contingente da população não tinha acesso direto e responsável a papéis políticos socialmente autônomos e porque nenhuma instituição social (inclusive os partidos) se incumbiu dos adestramentos políticos que se tornaram necessários para a coexistência dos 'cidadãos' em uma democracia (FERNANDES, 1954, p. 102-3).

O sociólogo utilizava a ocasião para questionar a negligência de autores como Oliveira Viana e Alberto Tôrres, por não terem atribuído, naquele contexto histórico, um papel importante à escola secundária brasileira. Para Fernandes, a inserção da Sociologia na escola secundária seria fundamental na “formação da personalidade”, na constituição do senso de participação, responsabilidade e no conhecimento dos direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania.

No plano da política brasileira se admitiu como válida a tese de uma despolitização geral da população, que escondia o privilégio de uma elite excludente que se perpetuava no poder. No contexto de regimes autoritários a moralização do discurso político acompanhou a formação hegemônica de uma concepção particular de participação e de exercício do poder.

Todas as manifestações da política popular do início dos anos 60 (greves, petições, passeatas, etc) foram consideradas desviantes e vistas como ausência da interiorização do dever cívico. Manuais de instrução moral e cívica nas escolas e a intensificação das eleições controladas nas cidades do interior foram soluções encontradas à supressão das eleições majoritárias nas capitais e dos partidos políticos, impedidos então, de fazer seu trabalho de socialização na prática das ruas. O cidadão selvagem precisava ser civilizado e controlado pelo Estado (CANEDO, 2003, *apud*, GALVÃO 2017, p. 14).

Maior de 1968 foi certamente considerado pelas forças conservadoras uma imoralidade, uma *anomia*, e/ou qualquer coisa absolutamente distinta da velha e boa política. Curiosamente, esse estranhamento não foi exclusividade dos períodos de vigência institucionalizada de regimes autoritários, como aquele da Ditadura Militar do Brasil (1964 -1985). Com a redemocratização do país, que começa na década de 1980 e não tem data para terminar, dada a instabilidade de nossa Jovem democracia e da resistência das forças históricas que a ela se opõem, as próprias

instituições normativas do Estado, corresponsáveis pela manutenção da ordem democrática, edificaram uma linguagem estranha à sociedade civil.

Deixados às margens da história figurou (a) toda linguagem estranha a seus códigos internos. A incompreensibilidade da linguagem jurídica não é, pois, fruto de um acaso. Parece ser necessário manter à certa distância segura o espaço de uma diferença. Pois é necessário falar a língua do direito para fazer valer o direito que se tem. É obrigatório também, saber quais são os direitos aos quais se tem direito. As concepções de política e de poder caminharam na mesma direção: elementos considerados por uma parcela significativa da sociedade civil e pelas juventudes, como estranhos à sua vida cotidiana. Pertencem a um Outro lugar. São objeto de posse de outros sujeitos.

Num quadro como esse, não há legitimidade em outras formas de manifestação e participação das juventudes na esfera pública. Os rappers e sua contracultura, a dança e a expressão corporal de jovens pertencentes a movimentos que ressaltam a (s) cultura (s) africana e suas filosofias, o engajamento em ONG's que prestam serviços importantíssimos à uma população desassistida pelo Estado neoliberal, a ocupação de escolas ocorridas entre os anos de 2015 - 2016 em várias cidades brasileiras, quando da ocasião de medidas arbitrárias do Estado na remodelação dos sistemas de ensino, ou, até mesmo a diminuição do interesse pelos modelos tradicionais de atuação política, como a filiação partidária. Todas essas ações constituem (se assim o quisermos dizer) formas de participação política. Porém, isto não significa que exista um consenso quanto a consideração de tais práticas como expressões do político, embora elas expressem, via de regra, formas de atuação política numa outra perspectiva.

Por outro lado, a dualidade: politizado x despolitizado deve ser problematizada também no plano das formações discursivas. Neste aspecto, o que está em jogo é, pois, muito mais a luta pela hegemonia do consenso quanto aquilo que possa significar participação política e cidadania. Essa questão, própria do antagonismo dos pontos de vista não representa prejuízo ao jogo democrático, uma vez que “não existe uma única concepção de cidadania que deva ser aceita por todos” (MOUFFE, 2015, p. 11). Um ponto de inflexão interessante a esse respeito foi levantado por Carrano (2012, p. 83), ao propor refletir em que medida e de que forma “os espaços clássicos de participação absorvem ou não os vetores que

chegam através dos diferentes coletivos de identidades, tais como negros, mulheres, LGBT, deficientes”. Com efeito, na impossibilidade de extinguir o antagonismo das relações sociais a política deve buscar “a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade” (MOUFFE, 2005, p. 20).

A “apatia” atual, ressaltada pela literatura, no sentido da não identificação das juventudes com relação à institucionalidade do poder não deixa de refletir, também, uma repulsa mais geral da sociedade brasileira diante da corrupção endêmica que assola o Estado e sua organização política histórica. O processo histórico de exclusão da participação da população e, em grande medida, da parcela jovem da sociedade nos processos decisórios, ensejou, por assim dizer, a condição objetiva desse estranhamento. Simultaneamente, sua condição histórica é uma construção social, e, portanto, discursiva. Essa consideração é importante, uma vez que o espaço da agência e/ou da mobilização das juventudes numa esfera pública ressignificada é marca expressiva da impossibilidade de uma prática discursiva hegemônica esgotar o espaço aberto pela diferença e contingência do processo histórico.

III A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS

A (des) politização das juventudes pode ser considerada uma construção social, na medida em que os discursos que idealizam sua relação com a política visam a hegemonia e a exclusão de uma diferença. Ao lado do fator histórico, a “formação hegemônica dos consensos”, somada a questão da interiorização de certas posturas de comportamento, e os meios de comunicação em massa especificam a construção social da (des) politização dos jovens.

Na década de 1930, Gilberto Freyre (2004) teve o mérito de explicar o contexto da tensão entre o *pai e o filho*, que refletia também o antagonismo entre a mocidade e os senhores do patriarcado rural brasileiro. A ascensão dos jovens à condição de atores sociais na história política brasileira acompanhou a lenta e progressiva crise do sistema patriarcal. A exclusão dos jovens dos processos decisórios é um fato histórico de consequências objetivas em nossa jovem história republicana. Do ponto de vista da teoria crítica, na qual ocupou lugar de destaque Pierre Bourdieu (1983) a categoria jovens pode ser interpretada como uma construção social gestada no bojo de uma hierarquização da sociedade relacionada

a um processo mais geral de distribuição do poder e de definição dos grupos sociais considerados legitimamente constituídos para o seu uso exclusivo.

Os hermeneutas da despolitização juvenil tomaram como válidas as categorias tradicionais de engajamento político, considerando-as instâncias normativas de representação do nível de capital político dos jovens. Os apologistas do “novo”, da reavaliação das noções de participação e engajamento político tentam resgatar, por assim dizer, o lugar do Outro, que recalcado e deixado às margens da história “reclama” seu lugar de ator social numa esfera pública ressignificada. Num como no outro, o ato coletivo de estabelecimento do consenso segue, a rigor, as linhas mestras do processo de *formação hegemônica* do sentido e o espaço aberto de uma *diferença*. Neste sentido, mais importante do que qualificar a experiência política dos jovens como politizada ou despolitizada é o reconhecimento das variáveis, isto é, dos quadros de referência mediante os quais se estabeleceu o “sentido hegemônico” das noções de participação e engajamento.

A “politização” dos jovens também é uma construção social na medida em que pressupõe certo alinhamento do comportamento do sujeito à lógica desses quadros de referência contingentes e considerados válidos em determinados momentos históricos. A “despolitização” é justamente o contrário, expressa a não conformidade dos sujeitos a esses parâmetros de fixação. Neste sentido, o que se busca tornar hegemônico são os consensos quanto as quais posturas cívicas, morais ou éticas são representativas do processo de atuação política. No contexto, por exemplo, da Ditadura Militar brasileira, ufanismo, dever cívico e moralização da conduta juvenil eram sinônimos de politização, na mesma medida em que o exercício do livre pensamento, à crítica à ordem social e manifestações artísticas e culturais que não se alinhavam ideologicamente ao regime eram não apenas sinais de despolitização, mas práticas que deveriam ser sufocadas pela força e pelo uso “legítimo” da violência. Tanto no primeiro como no segundo caso, a História também nos ensina que a fixação de parâmetros rígidos para o comportamento dos atores sociais não implica, a rigor, a sua obediência irrestrita.

Finalmente, o papel desempenhado pelos meios de comunicação em massa na reificação de uma cultura política específica. Se por um lado parece inegável o fato de que os meios de comunicação em massa, e, em especial a mídia televisiva, atuam de maneira significativa na reprodução das hierarquias sociais (em novelas,

programas de auditório, reality shows) e na cristalização dos significados que se atribuem à política e poder⁵, por outro, fica em suspenso o problema do público ao qual são dispensados os conteúdos informativos. Interiorizam os telespectadores de forma passiva aquilo que lhes é apresentado como a verdade dos fatos ou são atores críticos capazes de influenciar diretamente nos conteúdos a eles direcionados?

Aqui, ao que parece, o que está em jogo é a histórica distinção entre uma concepção objetivista da realidade social, que toma os sujeitos em segundo plano (como consumidores “passivos” de bens culturais), consignada a nós, sobretudo, pelos expoentes da Escola de Frankfurt, e, em especial, pela crítica de Adorno e Horkheimer à *indústria cultural* – perceptível num certo grau, nas críticas à mídia televisiva exemplificadas pelas análises de Zizek (1996), Bourdieu (1996; 1998), Sartori (1998), Chauí (1995), e uma dimensão da *agência*, típica ao individualismo metodológico e as teorizações influenciadas de algum modo pelo pensamento weberiano que tradicionalmente conferiu maior importância à dimensão subjetiva e à relativa “autonomia” dos sujeitos na ressignificação/representação das estruturas sociais (AVRITZER, 2004; MIGUEL, 2008; SCHUTZ, 1979; BERGER & LUCKMANN, 1989). A nosso ver, neste caso em específico, é possível aceitar como válidas tanto a primeira perspectiva como a segunda, mas apenas se acrescentarmos um elemento novo: um discurso de mediação. Mais adiante tentaremos defender que esse discurso de mediação pode ser ocupado – embora não exclusivamente -, pela Sociologia, enquanto discurso científico capaz de fornecer aos sujeitos os subsídios teóricos e metodológicos mais adequados a necessária crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação e ao conteúdo informativo vinculado por esses canais.

Em todo caso, se os meios de comunicação não exercem um poder irrestrito na formação da opinião pública, certamente eles são como sugeriu Sorj (2010) canais de *atuação* e “*representação*” política.

Na política, para alcançar legitimidade, é preciso comunicar a representação. Isto implica o fato de que os meios de comunicação estão, desde a sua origem, no centro da atividade política e que não há como entender isto sem

⁵Sobre a influência dos meios de comunicação e, em especial, da mídia televisiva na ressignificação da cultura e no resultado das eleições pode-se ler a clássica contribuição de Marshall McLuhan em **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. Ed. Cultrix – São Paulo, 1964

analisar os modos e formas de comunicação de cada época. Porém, os meios de comunicação não são apenas um mecanismo utilizado por terceiros para alcançar a representação, mas também são potencialmente representativos em si. Os próprios meios incluíram esta pretensão de uma representação direta em seu discurso histórico, o que se reflete em nomes como “a voz do povo”, “a voz do interior”, “o censor”, “o tribuno” ou slogans comuns como “ firme junto com o povo” (grifo nosso). Desta forma, desde a origem da história democrática moderna os meios de comunicação integraram esse grupo de instituições que fornece o serviço político de representar os cidadãos (SORJ, 2010, Et al, p.20).

Segundo esta perspectiva, que atribui um valor positivo ao jornalismo de tipo investigativo, os meios de comunicação seriam canais imprescindíveis ao processo de democratização, uma vez que tornariam “transparentes” práticas políticas que historicamente se mantiveram na obscuridade. Sem a pretensão de negarmos a pertinência da análise, permanece em suspenso o desafio de tornar os canais que supostamente ensejariam a transparência dos atos de Governo, também eles mais transparentes a seu público. Ou como desmistificar a ilusória neutralidade do discurso midiático, sem perder de vista as íntimas conexões entre discurso\verdade\poder, relações indissociáveis e já inscritas na história do pensamento contemporâneo de Nietzsche à Foucault.

No contexto brasileiro, acreditamos que esses canais atuam na reprodução das hierarquizações sociais e, sobretudo, na consolidação da hegemonia cultural de grupos sociais e seus respectivos valores. No caso que nos ocupa, dos valores que integram a cultura política e a experiência cognitiva dos sujeitos com o *político*. Parece haver ainda uma íntima conexão entre os verbos *informar* e *politizar*, uma vez que os meios de comunicação parecem assumir o status de uma instituição legítima e autorizada para “alfabetizar politicamente” seu público.

O filtro da informação, a crítica ao conteúdo informativo, o complexo exercício de tradução da informação em conhecimento por parte dos atores sociais não ocorre de imediato, sem a necessária mediação sociológica. Geralmente, o que se dá é a conversão de toda e qualquer informação vinculada pela mídia, naquilo que constitui a “verdade sobre os fatos”. Isto ocorre dentre outras razões em função de uma certa confiabilidade a qual gozam os veículos de comunicação por parte da maioria de seu público. Sobretudo a parcela da população que, por imposição das condições materiais da vida, não tem acesso ao contraditório da informação, também transformado em mercadoria e moeda de troca em nosso tempo.

Segundo Felipe Miguel:

O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada seção do Congresso realmente ocorreu, com tais e quais decisões sendo tomadas, ou se um navio realmente naufragou na costa da África. Ele confia no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas *peritos*. Quando alguém sobe num avião, está confiando nos saberes especializados de engenheiros e mecânicos, que aquela aeronave materializa. Mas esta confiança está ancorada na experiência vivida, por ele ou por seus conhecidos, de viajar de avião e chegar ao destino. No caso do jornalismo, na maior parte das vezes, esta possibilidade não existe. A confirmação que concedo a um determinado noticiário não é dada por minha vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar (MIGUEL, 2003, p. 4)

Retomando a categoria lacluniana de “formação hegemônica do consenso”, é lícito afirmar que a similitude do conteúdo vinculado pela mídia não encerra, obrigatoriamente, a “totalidade” de uma verdade. Mas antes, a articulação hegemônica dos próprios consensos, o espaço de uma diferença e o caráter contingente de todo processo. Se o jornalismo goza desse status de *perito*, a “veracidade” das notícias por ele produzidas (diga-se que o processo de produzir algo é indissociável de um ato valorativo) e publicizadas pelos grandes meios de comunicação, não implica na necessidade, a princípio, do exercício da crítica. A desnaturalização da notícia que pressupõe uma reflexão sistemática em torno da questão da neutralidade dos meios de comunicação é um exercício que requer, por assim dizer, a mediação de um outro discurso, dotado das ferramentas teóricas e metodológicas adequadas. Ela não é uma impossibilidade ao sujeito, tal como a resignificação das estruturas de poder e à fuga a certos constrangimentos sociais/históricos, não obstante, não é realizável sem o desenvolvimento das ferramentas intelectuais e materiais necessárias para seu efeito.

III O ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA MEDIAÇÃO NECESSÁRIA

Antes de defendermos que o discurso sociológico e\ou a presença da Sociologia no currículo da escola de nível médio, constitui a mediação necessária – embora não exclusiva - à qual nos referimos acima, cabe uma reflexão importante acerca daquilo que venha a significar o currículo. Afinal, é nele que se materializam os diversos projetos de educação a partir dos quais se decide aquilo que deve ou não ser ensinado.

Segundo Alice Cassimiro (2011) a definição de currículo não é tarefa das mais fáceis. O mesmo assume diversos sentidos em períodos históricos variados e

de acordo com os projetos de educação considerados legítimos no tempo e no espaço. Os *temas, teorias e conceitos* (no caso da Sociologia) que integram o corpo de suas linhas oficiais não são alheios às relações de poder. A predominância dos “clássicos” da Sociologia, da Ciência política e da Antropologia, por exemplo, implicam um conjunto de atores e concepções de mundo deixadas às margens pela parcela considerada legítima dos conhecimentos a serem conservados pelo processo educativo. Uma breve análise exploratória dos livros didáticos de Sociologia, sobretudo, a partir de 2012, revela a predominância de teorias e linguagens produzidas no âmbito do eixo anglo-saxão e germânico, em detrimento, por exemplo, de teóricos latino-americanos, africanos e asiáticos.

Partindo de uma concepção pós-estruturalista no campo da teoria de currículo, Alice Cassimiro Lopes defendeu que:

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, **reitera sentidos postos por tais discursos e os recria** (grifo nosso) (LOPES & MACEDO, 2011, p. 41).

Reiterar significa aqui, reificar, cristalizar, consolidar um sentido na mesma medida em que se exclui, silencia, marginaliza uma diferença, um excesso intrínseco a todo sentido. Assim, o currículo de Sociologia no nível médio e, mais precisamente, os conteúdos relacionados à discussão *política* sobre política (posto que, nem os materiais didáticos, o discurso dos professores, a escola e seu projeto político pedagógico, a comunidade escolar que a integra, os programas políticos que lhe financiam, são entes neutros, imunes à carga ideológica que todo projeto de educação exprime) não é um objeto alheio à dinâmica da realidade social.

A inexorabilidade da relação entre o currículo, as estruturas discursivas e a realidade social na qual ele é produzido não exclui a necessidade de sua existência. Tão pouco, a possibilidade de viabilizar aos estudantes as condições materiais e cognitivas para a *desnaturalização e estranhamento* com relação aos meios de comunicação e ao papel da política na organização da sociedade. Nessa direção, caminham as Orientação Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia no nível médio, onde pode-se ler:

Os debates e as atividades pedagógicas realizados em torno das relações entre política e sociedade devem ter como finalidade ampliar a concepção que o aluno tem de política. O educando tem de perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelos seres humanos, em um processo de tomada de decisões que gira em torno de valores sociais e de relações de poder. É tarefa do aluno entender e identificar a presença da política no agir cotidiano de indivíduos, grupos e instituições (Orientações Curriculares para o ensino médio, 2006, p. 97).

De fato, compreender as relações de poder como inerentes à prática da realidade da vida cotidiana, bem como sua dimensão política constitui, por assim dizer, um objetivo relevante, uma vez que historicamente as juventudes foram levadas a conceber o poder como uma instituição objetiva, objeto exclusivo de posse daqueles responsáveis pelo controle do Estado. A definição de poder na perspectiva sublinhada por Michel Foucault (1984), isto é, como relação e não como uma espécie de coisa se alinharia perfeitamente ao currículo de Sociologia para o nível médio. O que de certo modo já é possível verificar na maioria dos livros didáticos aprovados pelo último PNLD de 2015.

Assim, uma reflexão sistemática tendo por objeto o papel dos meios de comunicação em massa na “formação da opinião” pública e, em grande medida, sobre as relações entre discurso\verdade\poder poderia maximizar as potencialidades do ensino de Sociologia. A crítica direcionada ao conteúdo informativo tornado público pelos canais de comunicação em massa não ocorre de imediato. Esse exercício necessita, por assim dizer, de um ato de mediação. A sociologia pode, pois, cumprir essa função primordial, atuando como discurso científico dotado dos instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados à análise do discurso midiático.

Por outro lado, a crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação não pode ser imaginada como uma crítica, de igual modo, neutra, posto que, como lembrava Zizek (1996) quanto mais negamos a ideologia de nossa prática social, neste caso, também pedagógica, mais estamos presos a ela. No outro extremo, exaltar os possíveis benefícios do jornalismo de tipo investigativo como responsável pela “transparência” dos movimentos do poder institucionalizado, interpretando-o como discurso neutro seria certamente um desvio com consequências desastrosas.

A contextualização histórico\sociológica da relação juventudes\política requer, por um lado, um diálogo mais produtivo entre a História e a Sociologia, e por outro, uma ênfase na dimensão discursiva e acerbado papel da linguagem na

representação da realidade social. É preciso interpretar o corpo da “distância” juventudes\política como parte integrante de um processo histórico mais amplo que envolveu e envolve a luta pela “formação hegemônica do consenso” dos projetos políticos, dos conceitos de cidadania e democracia participativa, ao invés de fazer eco à reducionismos explicativos que não levam em conta a historicidade dos processos e a dimensão simbólica dos fenômenos. Não se deve, ao mesmo tempo, tomar esse estranhamento como um fato histórico-sociológico *per se*, mas como uma construção social.

Considerações finais

Esse trabalho tentou apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa que, ainda em andamento, tenta refletir a relação entre as juventudes e a política e, em específico, o “estado da arte” dos conhecimentos da ciência política no currículo de sociologia. Tentamos construir nosso raciocínio a partir da negação explícita a qualquer tentativa de exclusão da dimensão antagonística da realidade social. Os consensos que projetam a politização ou despolitização das juventudes são produto de articulações hegemônicas e, enquanto tais, expressam sempre a existência de uma exterioridade. O discurso sociológico se constitui como discurso científico de mediação necessária entre os jovens e a política, sua condição social e histórica e acerca das íntimas relações entre o discurso midiático e as relações de poder. Neste sentido, o currículo de Sociologia no nível médio poderia convergir no sentido da crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação, bem como na contextualização histórico-sociológica da relação entre as juventudes e a política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008, p. 113 - 143.

AVRITZER, Leonardo; Costa, Sergio. **Teoria crítica, Democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**, Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BARRIO, Ángel; B. Espina Et al. **Poder, Política y Cultura: Antropología em Castilla Y León e Iberoamérica VII** – Pernambuco: Massangana, 2005.

BERGER, P. LUCKMANN. Tomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BOBIO, Noberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____, **Sur La télévision, suivi de L'emprise Du journalisme**. Paris: Liber, 1996.

_____, **Contrafogos. Tática para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias. Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (**Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3**). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em: 23 jan. 2017.

CASTRO, Lúcia Rabelo de. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum**, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008

CALIARI, Hingridy Fassarela. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira** .- Dissertação de mestrado disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf> Acesso em 30 de Junho de 2017.

CARRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes**. Revista o Social em questão – Ano XV , Nº 27 – 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DOSSE, François. **Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução Ivoni Castilho Benedetti. – São Paulo: Unesp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira**. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Anais... São Paulo, 1954. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?<option=com_docman&task=doc_download&gid=1693&Itemid=170> Acesso em 30 de Junho de 2017

Ferreira, P. M. (2005). **Os jovens e a cidadania política e social na Europa**. In L. R. Castro & J. Correa (Orgs.), Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Nau/Faperj.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 4º ed. 1984

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**: tradução Luiz Felipe Baeta Neves. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. – São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões; PINTO, Aparecida Marcianinho. **Cidadania, participação política e educação da história do Brasil**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Roberto%20carlos%20simoes%20galvao.pdf Acesso em 30 de Junho de 2017.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**, In. Silva, Tomaz Tadeu (org) *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 9º Ed. Petrópolis: Vozes: 103 – 133, 2009

LACLAU, Ernesto. **The impossibility of society** disponível em: <https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13950/4724> Acesso em 30 de Junho de 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. (Coleção Contrassensos).

LIMA, Redy Wilson. **Rappers Cabo – Verderianos e Participação Juvenil**. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/903/793> Acesso em 30 de Junho de 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANNHEIM, K. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1968

Maheirie, K. (2002). **Música popular, estilo estético e identidade coletiva**. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, 2(3), pp. 39-54.

MAYORGA, Cláudia. **Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas**. disponível em: www.scielo.br/epsic Acessado em 25 de Junho de 2007.

MAIA, AJV., et al. **Juventude e política: observando a Ufba**. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 169-186.

Méndez, E. **Infância e adolescência na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro**. – *Revista OPINIÃO PÚBLICA*, Vol. X, nº 1, Maio, 2004, p. 91-111.

_____. **Meios de comunicação em massa e política no Brasil. Diálogos latino-americanos**, disponível em: http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos

[latinoameric anos/2midia e politica no br-miguel-unb.pdf](#)> . Acesso em 30 de Junho de 2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**.- tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____, **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. – Revista Política e Sociedade, Nº 03, outubro, 2003, p. 11 – 26.

_____, **Por um modelo agonístico de democracia** . – Revista Sociologia e Política, nº 25, p. 11-23, nov. 2005

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. Ed. Cultrix – São Paulo, 1964.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: La sociedad teledirigida**. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SPOSITO, M. P. (Org.). **O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem>> Acesso em 30 de Junho de 2017.

_____. **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.

SORJ, Bernardo (ORG). **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show**; tradução Miriam Xavier. – São Paulo : Paz e Terra, 2010.

SPECK, Bruno Wilhelm. **A filiação partidária no Brasil. Uma análise exploratória a partir de dados do TSE e do WVS**. 8º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - Gramado-RS, Brasil, de 1 a 4 de agosto 2012, Área de Trabalho 3 - Eleições e Representação Política. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Bruno_Speck/publication/261365336_A_filiacao_partidaria_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_a_partir_de_dados_do_TSE_e_do_WV_S/links/02e7e534140e44de18000000.pdf Acesso em 30 de Junho de 2017.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____, **O estrangeiro – Um ensaio de Psicologia Social**, Revista Espaço Acadêmico, v. 10, n. 113, p. 117 -129, Outubro, 2010.

Valente, Isabel Maria Freitas; Cunha, Alice. **O voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/33976>> Acesso em 04 de Julho de 2017.

Welti, C. (2002). **Adolescents in Latin America: Facing the future with skepticism**. In B. B. Bradford, R. W. Larson & T. S. Saraswathi (Orgs.), *The world's youth: adolescence in eight regions of the globe* (pp. 276-306). Cambridge: Cambridge University Press.

ZIZEC, Slavoj (Et al). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.